

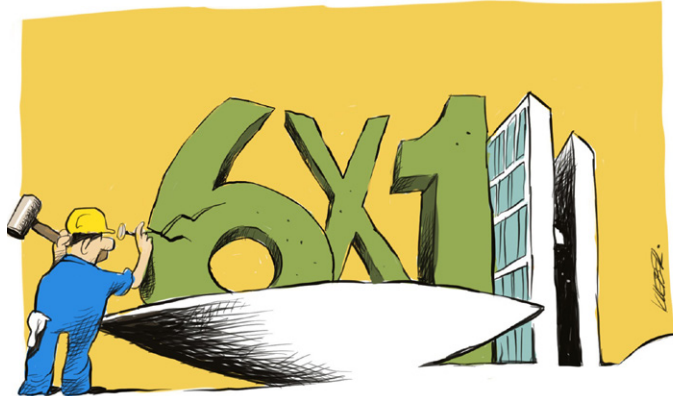
NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

kleber



Motta pauta jornada de até 40 horas, bandeira eleitoral de Lula

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), decidiu pautar o fim da jornada 6 x 1 pondo em votação o Projeto de Lei 1.838/26 encaminhado ao Congresso pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que limita o trabalho em até 40 horas semanais. A proposta é uma das principais bandeiras eleitorais de Lula, que aposta na “economia do afeto” para viabilizar sua reeleição. Como sempre acontece quando há mudanças nas relações de trabalho a favor dos assalariados, a maioria das entidades representativas dos empregadores se opõe à nova regulamentação. Parte da oposição deve aderir à proposta, por razões eleitorais.

O Partido Novo, do ex-governador mineiro Romeu Zema, por exemplo, defende que a alteração ocorra via negociação coletiva entre empregadores e empregados, e não por imposição legal. Alega potenciais impactos negativos na economia, no custo das contratações e na margem de lucro das empresas. Durante as votações da PEC na Câmara dos Deputados, a bancada do partido atuou na obstrução dos debates nas comissões e registrou votos contrários ao texto-base, alinhando-se a parlamentares que apontavam riscos de aumento de inflação e informalidade.

Agora, o assunto volta à pauta. Hoje, na reunião de líderes, antes da votação, o relator da proposta, deputado Leo Prates (Republicanos-BA), deverá esclarecer pontos de seu parecer. O texto é o item único da pauta do plenário. O projeto foi enviado pelo Poder Executivo com regime de urgência e tranca a pauta de votações. “Com a apreciação da matéria, destravamos a pauta da Casa”, disse Motta em suas redes sociais. A questão de fundo na regulamentação do fim da jornada 6 x 1 é a forma de transição, se a redução será gradativa e seu prazo de implementação.

Guardadas as diferenças de contexto, é alarmista o discurso de que a alteração desorganizará setores básicos da economia, que ainda adotam a jornada de 6x1. Lembra o processo de abolição da escravatura, que levou 38 anos de transição. Começou com a Lei Eusébio de Queirós, que proíbe o tráfico transatlântico de escravos para o Brasil, em 1950, o que não impediu o tráfico clandestino. Com o surgimento de jornais, clubes e associações favoráveis à emancipação, em 1971, foi aprovada a Lei do Ventre Livre, que declarava livres os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir daquele ano.

Destacaram-se na campanha abolicionista o escritor monarquista e diplomata Joaquim Nabuco, que criou a Fundação da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão em 1980; o farmacêutico e jornalista José do Patrocínio, que beijaria a mão da princesa Isabel por ocasião da Proclamação da Lei Áurea, em 1988; o engenheiro André Rebouças, que dançou com a Regente do Império no famoso Baile da Ilha Fiscal; e o advogado e poeta Luís Gama, o único republicano do grupo.

“Uberização”

Em 1884, as províncias do Ceará e do Amazonas aboliram a escravidão antes do restante do país. Mesmo assim, em 1885, com a Lei dos Sexagenários, que libertava os escravos com mais de 60 anos, mais uma vez foi adiado o fim do trabalho escravo, com o argumento de que isso levaria o país ao colapso. Com o crescimento das fugas coletivas e a multiplicação dos quilombos, a abolição se tornou inadiável. O Exército se recusava a participar da captura de escravos fugitivos. Finalmente, em 13 de maio de 1988, a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, cuja importância não deve ser relevada, porque mudou o modo de produção no Brasil.

A abolição não foi uma concessão isolada. Combinou a resistência dos escravos, a ação dos abolicionistas, a pressão internacional, as mudanças econômicas e a crescente mobilização popular. Entretanto, as sequelas sociais da escravidão permanecem. Para introduzir o trabalho assalariado nas fazendas, sobretudo de café, desde o final de Império, levas de imigrantes italianos, espanhóis e japoneses, entre outras nacionalidades, foram trazidas para o Brasil.

A maioria dos 700 mil escravos libertados foi alijada da produção, discriminada e marginalizada. No Brasil, a cada ciclo de modernização ou esgotamento de produção, a mão de obra é descartada. Foi assim nos ciclos do ouro em Minas Gerais, do cacau na Bahia e da borracha na Amazônia. Essa situação se repete agora, com o avanço tecnológico, que descarta mão de obra, engendra novas formas de produção e cria profissões, num processo irreversível de inovação e mudanças sociais. Inevitavelmente, a automação chegará a setores como a construção civil.

A nova jornada de trabalho de até 40 horas está associada aos setores tradicionais da economia, nos quais o trabalho ainda é regulamentado pela CLT. Não atinge as atividades pautadas pela chamada “uberização”, nas quais os trabalhadores não têm padrão e regulam a própria jornada de trabalho. De certa forma, também será associada à ampliação do trabalho via aplicativos e do empreendedorismo, com o aumento das horas livres.

Lula já se beneficia dos programas de transferência de renda, como Bolsa Família e Vale Gás, e dos aumentos de salário real, da queda da taxa de emprego e da isenção do pagamento de Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil. A implantação imediata da jornada de até 40 horas é mais uma bandeira de campanha que deixa na defensiva a oposição.



PL quer Michelle na campanha de Flávio

Presidente do partido, Valdemar Costa Neto ressalta ser de “extrema relevância” que a ex-primeira-dama atue para impulsionar a pré-candidatura do enteado

» MANNU LEONES
» RAPHAELA PEIXOTO

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro já afirmou publicamente que a vontade do ex-presidente Jair Bolsonaro é de que ela busque uma cadeira no Senado pelo PL do Distrito Federal. Apesar disso, a líder do PL Mulher Nacional ainda evita confirmar que entrará na disputa à Casa, mesmo se mantendo ativa em eventos do partido e de aliados.

Ao **Correio**, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, garantiu que a sigla trabalha para impulsionar a candidatura de Michelle. A esperança do partido é, também, de que a ex-primeira-dama participe da campanha de Flávio Bolsonaro (PL-R) à Presidência da República.

“A participação de Michelle na campanha é de extrema relevância, ela é a mulher com mais possibilidades de votos hoje”, avaliou Costa Neto. De acordo com fontes do partido, em uma disputa pelo Senado, o PL trabalha para eleger Michelle e Bia Kicis, dominando as duas vagas do Distrito Federal.

O nome de Michelle foi analisado para uma possível disputa à Presidência da República. A pesquisa eleitoral Meio/Ideia, publicada no fim de maio, apontou um empate técnico entre ela e Flávio. O senador teria 41,4% das intenções de voto no segundo turno contra 46,5% do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, enquanto Michelle teria 40% das intenções de voto, configurando empate dentro da margem de erro de dois pontos percentuais.

Voto feminino

Com a pré-candidatura de Flávio consolidada, a esperança do PL é de que a ex-primeira-dama incentive o voto feminino no enteado. No entanto, Costa Neto

Ed Alves CB/DA Press



A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro deve lançar candidatura a uma vaga no Senado pelo DF



A participação de Michelle na campanha é de extrema relevância, ela é a mulher com mais possibilidades de votos hoje”

Valdemar Costa Neto,
presidente do PL

apontou desafios para que Michelle oficialize sua decisão.

De acordo com o presidente do partido, o principal obstáculo é o quadro de saúde de Jair Bolsonaro — que está em prisão domiciliar, condenado a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado e outros crimes. “O

grande problema é que a Justiça não autoriza alguém que possa cuidar dele (ex-presidente) em casa. Ela precisa ir para outros estados para fazer campanha”, argumenta Costa Neto.

Apesar de não detalhar as tratativas do partido nem confirmar se um pedido será feito junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que Bolsonaro fique aos cuidados de outra pessoa, o dirigente partidário afirmou que trabalha para encontrar uma solução viável, capaz de permitir que Michelle se dedique à campanha.

Quando questionada sobre o assunto, Michelle de mantêm discreta a respeito de uma possível candidatura. Em sua declaração mais recente, feita após o lançamento da campanha do deputado distrital Thiago Manzoni (PL-DF), ela afirmou que apoiará a campanha do enteado “no momento certo”.

Em outra ocasião, no lançamento da pré-candidatura da empresária Maria Amélia à Câmara dos Deputados, a ex-primeira-dama destacou que está cumprindo a missão

de “influenciar mulheres de bem a entrarem na política”.

“Vocês nunca me viram falar que queria ser presidente ou senadora, essa é a vontade do meu marido, mas eu oro. Eu não dou um passo da minha vida sem Deus responder. Eu estou cumprindo minha missão de influenciar mulheres de bem a entrarem na política”, frisou Michelle na ocasião.

Ela atua como presidente do PL Mulher Nacional e vem divulgando em suas redes sociais e na televisão as chamadas do partido para incentivar o voto feminino, bem como a participação das mulheres nos times de fiscalização e nas mesas eleitorais.

Procurada, a assessoria de Michelle reiterou as declarações públicas da ex-primeira-dama, pontuando que a atuação dela na campanha deverá ocorrer “na hora certa”.

Sobre um possível pedido ao STF para autorizar que outra pessoa fique responsável pelos cuidados de Bolsonaro, a equipe informou que Michelle não mencionou a solicitação até o momento.

35 ANOS
SEMPRE A CASA DA GENTE

Um legado de 35 anos abrindo caminhos para quem quer crescer e fazer acontecer.

www.cl.df.gov.br

CÂMARA LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERAL